

## Perscrutando horizontes sociais

### Escrita, edição, educação

Paulo Ferreira da Cunha<sup>1</sup>

**Resumo:** Há uma preocupação pela formação (*Paideia, Bildung*) de pessoas livres e esclarecidas que esbarra com muitos escolhos. O programa iluminista do *sapere aude*, no sentido de, com raízes no esclarecimento de Kant, fazer sair a humanidade de uma persistente e obscurantista minoridade (e *capitis diminutio*), parece muito comprometido, não apenas por razões circunstanciais, mas porque se tem a suspeita que fundamentalmente por motivos de fundo, que se ancoram na própria lei do menor esforço de largas massas que preferem ser comandados e não pensar. Esses “vis escravos”, de que falava Rousseau, que “sorriem com ar de troça à palavra Liberdade”. Teilhard de Chardin, já no séc. XX, pronunciaria um veredito decisivo: “muitos dos nossos contemporâneos não são sequer modernos”. Partindo de uma autognose sobre o escrever e o editar, este artigo conecta a deserção dos leitores com vãos interesses de massas, e a sua alienação, e com as vicissitudes da educação nos nossos dias, quando a democracia demasiada e ingenuamente confia numa geração espontânea de democratas enquanto velhos fantasmas, aproveitando o obscurantismo e a ignorância, os preconceitos e os erros (até científicos *tout court*), *reviennent au galop*.

**Palavras Chave:** Escrita, Autor, Edição, Livro, Educação, Democracia, Demagogia, Populismo, Elite

**Abstract:** There is a concern for the formation (*Paideia, Bildung*) of free and enlightened people that comes up against many obstacles. The Enlightenment program of *sapere aude*, in the sense of, with its roots in Kant's enlightenment, to bring humanity out of a persistent and obscurantist minority (and *capitis diminutio*), seems very compromised, not only for circumstantial reasons, but there is a suspicion that fundamentally for reasons of deep down, which are anchored in the very law of the least effort of large masses who prefer to be commanded and not to think. Those “vile slaves”, of which Rousseau spoke, who “smile with mockery at the word Liberty”. Teilhard de Chardin, already in the XXth century, would pronounce a decisive verdict: “many of our contemporaries are not even modern”. Starting from an autognosis about writing and editing, this article connects readers' defection with the vain interests of the masses, and their alienation, and with the vicissitudes of education in our days, when democracy too naively trusts in a spontaneous generation of democrats, while old ghosts, taking advantage of obscurantism and ignorance, prejudices and errors (even scientific *tout court*), *reviennent au galop*.

**Keywords:** Writing, Author, Editing, Book, Education, Democracy, Demagoguery, Populism, Elite

“Era um cão que tinha um marinheiro.  
O cão perguntou à esposa, que se pode  
fazer de um marinheiro?”

Herberto Helder

“Escrevo por não ter nada a fazer no  
mundo: sobre e não há lugar para  
mim na terra dos homens.”

Clarice Lispector

---

<sup>1</sup> Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Catedrático da Universidade do Porto (funções suspensas para exercício da magistratura).

## I. Razões para Escrever

Da mesma forma que, alguns, quando vão a minha casa, ou a algum dos meus “escritórios”, perguntam se eu já li “aqueles livros todos”, não entendendo que os livros não são para terem sido lidos todos, mas poderem vir a lê-los, cada um, um dia... E que além de lidos por completo também podem ser folheados e consultados, portanto lidos apenas parcialmente (e isso já é muito bom: e se perguntassem a quem nunca leu um livro, ou nem os manuais escolares leu, ou que nem um livro para decoração comprou?)... Da mesma forma que tal ocorre, também tenho amigos (que não me fazem essa pergunta fatal – porque conhecem a “mecânica” e “mística” dos livros<sup>2</sup>) que se espantam com a quase centena e meia de livros que já escrevi.

Alguns referem mesmo (outros mesmo mostram, quando os visito) as várias estantes que aqueles que lhes ofereci já ocupam em suas casas. Mas como seria possível escrever tanto? E também (valha a verdade...) publicar tanto. Porque se diz para aí que há escritores que meramente se contentam em escrever para a gaveta. A mim, um livro demasiadamente em repouso irrita-me, tenho de o acordar desse sono. Acho que essa ideia de escrever e não mostrar, nem se esforçar por isso, seria até uma sinistra forma de avareza e de sobrançeria. Curioso que, nos nossos dias, mais há, pelo contrário, soberba e avareza intelectuais: até os colegas estudantes, ao invés de se entreajudarem (como foi uso durante séculos), diz-se que muitas vezes (pelo menos serão algumas, o que já é demasiado) os induzem em erro, para que tenham piores classificações. Será este apenas mais um mito académico? E sendo-o, o que revelará?

Estou, porém, persuadido de que o ímpeto de publicar e o gosto de ser publicado, mesmo em autores muito avessos ao público (como é o da personagem interpretada por Michael Caine em *Best Sellers*, dir. de Lina Roessler, EUA, 2021) é uma constante. E mesmo o autor iconoclasta desta película acabará por ceder – como se verá (não vou antecipar-me contando o enredo) na divertida (e instrutiva, para autores e editores) produção.

Escrevo muito e publico muito, mesmo tendo cada vez menos tempo. Mas não será mais um reflexo condicionado, e, afinal, uma espécie de terapia? Porque o *feedback* objetivo está longe de ser compensador. Nem pelos direitos de autor, nem pela divulgação, e mesmo pela própria penetração no mercado dos “especialistas”. Digamos que os meus escritos são apenas selecionados por uns tantos, dentro desse grupo já muito elitista. Muito dificilmente vejo os meus manuais ou monografias adotados nos programas universitários. Em certo sentido, creio que essa é uma distinção (se não estou a incorrer em síndrome de limão doce): porque, normalmente, os manuais e tratados não são lá muito da predileção dos estudantes, que os ingerem um pouco como a óleo de fígado de bacalhau... O problema é que, não sendo um livro recomendado pelos professores, nem possuindo uma máquina editorial de pura

---

<sup>2</sup> Cf., de entre multidão, v.g., GUARDINI, Romano — *Elogio do Livro*, trad. e notas de Rafael Gomes Filipe, Lisboa, Grifo, 1994; BONCENNE, Pierre (ed. rev. e corrig. por) — *La Bibliothèque Idéale*, nova ed., Paris, Albin Michel, 1992 (Prefácio de Bernard Pivot, Posfácio de Alain Jaubert); MANGUEL, Alberto — *A History of reading*, New York, Penguin, 1996; Idem — *Embalando a minha Biblioteca*, trad. port. de Rita Almeida Simões, Lisboa, Tinta da China, MMXVIII; BORGES, Jorge Luis — *Biblioteca Pessoal*, trad. port. de Cristina Rodríguez e Artur Guerra, 2.ª ed. port., Lisboa, Quetzal, 2023; DIRDA, Michael — *Classics for Pleasure*, trad. port. de Rodrigo Neves, *O Prazer de Ler os Clássicos*, São Paulo, Martins Fontes, 2010; ECO, Umberto — *Sulle Spalle dei Giganti*, Milão, La nave di Tesco, 2017, trad. port. de Eliana Aguiar, *Aos Ombros de Gigantes*, Lisboa, Gradiva, 2018; CALVINO, Italo — *Perché leggere i classici*, Milão, Arnoldo Mondadori, 1991, trad. port. de José Colaço Barreiros, *Porquê ler os Clássicos*, Lisboa, Teorema, 1994; STEINER, George — *Le silence des livres, suivi de Ce vice encore impuni*, de Michel Crépu, trad. port. de Margarida Sérvulo Correia, *O Silêncio dos Livros, seguido de Esse vício ainda impune*, de Michel Crépu, 2.ª ed., Lisboa, Gradiva, 2012. E o nosso *Da Biblioteca e seu redor*, João Pessoa-PB, Editora Porta, 2022.

propaganda, não chega ao seu potencial público sequer. E depois, há a barreira da aquisição. Sempre qualquer futilidade cara estará muito à frente, para um grande número, do livro mais sedutor ou mesmo mais barato. O número de pessoas que acabaram tranquilamente os seus cursos à base de fotocópias, antes, e depois de umas pinceladas básicas de *Internet* (no futuro, já presente, será o chat GPT e afins), é muito significativo... Nem livros oferecidos querem... E há o pretexto do espaço, além do mais. Em várias universidades por que passei havia várias formas de oferta de livros. E muitas vezes ficavam ali sem pretendentes...

A autoria, a edição e o público letrado são hoje mistérios de profundo enigma<sup>3</sup>.

A sensação que se eleva e prevalece é a de que se escreve e lê num círculo bastante fechado e restrito, como aflorámos já. *Best-sellers* de todo o tipo e género são todo um outro campeonato. Como, aliás, tudo o que é produzido para ser massivamente consumido. Desconfio dos sucessos alegadamente “imprevistos”, que deixariam os próprios autores boquiabertos. Cada vez mais, porque a distância entre os produtores independentes, conscientes e criativos de “conteúdos” culturais (da categoria humana dos *pneumatikoi*<sup>4</sup>) e os consumidores passivos e *physikoi*, é cada vez mais abissal. E, como é natural e humano, produz-se sobretudo para vender: livros e tudo o mais. Aliás, apenas editores muito seletos, quais defensores de Numância (que felizmente os há ainda – honra lhes seja tributada), vão continuando a publicar obras de muita qualidade, mas que sabem não virão a ter público. Talvez alguns sejam otimistas, e acreditem que o milagre da vinda de alguns leitores se produzirá ainda, um dia. Deus lhes conserve essa fé, e essa esperança, para que o seu trabalho não seja simples obra de caridade. Pelo menos dessa “caridade intelectual” de que falava o já referido Antonio Rosmini<sup>5</sup>.

Ao ponto de se verificar uma profunda contradição: por um lado, há perspetivas, análises, estudos, que se fazem (por vezes laboriosamente) com vista à generalidade das pessoas, ou a grupos muito vastos; mas, por outro lado, de antemão se antecipa que a sua forma, contexto e não se sabe que marca de origem, ou “sina”, são de destino restrito, consumo necessariamente elitista. A única esperança é que alguns dos *happy few* alcançados possam vir a difundir as ideias, dados ou factos de tais intervenções, que quase morrem na praia da divulgação.

À partida conformados com saberem que não serão comprados e lidos, alguns autores colam à sua cabeça a ideia postiça, mas talvez algo tranquilizante, de que escreveriam apenas para muito poucos, ou para o futuro, ou – cúmulo dos cúmulos – apenas para si próprios. Assim, tudo o que venha a mais seria lucro. Mas fica-se com alguma melancolia quando se assiste à proclamação desta automutilação autoral. Claro que, se se escreve sobre matéria altamente esotérica, não se poderá aspirar a um

---

<sup>3</sup> Cf. WATERS, Lindsay — *Enemies of promise: publishing, perishing and the eclipse of scholarship*, trad. port. de Luiz Henrique de Araújo Dutra, *Inimigos da Esperança. Publicar, Perecer e o Eclipse da Erudição*, São Paulo, UNESP, 2006.

<sup>4</sup> Sobre as três clássicas categorias *physikoi*, *psykikoi* e *hylikoi* / *pneumatikoi*, v.g., JUNG, Gustav — *Psychological Typology*, CW6, pars 960-87, *apud The Essential Jung. Selected Writings*, introdução de Anthony Storr, 2.<sup>a</sup> ed., 7.<sup>a</sup> reimp., Londres, Fontana Press, 1986, p. 136; Idem — *Essais sur la symbolique de l'esprit*, trad. fr. de Alix e Christian Gaillard e Gisèle Marie, Paris, Albin Michel, 1991, pp. 53-54. Em termos mais simplistas, pode-se fazer um paralelo com a tríade corpo, alma e espírito. Cf., v.g., FROMAGET, Michel — *La Vocation spirituelle de l'Homme*, Toulouse, Entremises, 2016.

<sup>5</sup> Um autor infelizmente bastante esquecido. De entre as suas obras, v.g., ROSMINI, Antonio — *Introduction à la Philosophie*, trad. fr., introd. e nota bibliog. de Jean-Marc Trigeaud, Bordeaux, Biere, s/d; Idem — *The Philosophy of Right*, trad. ingl. de Denis Cleary e Terence Watson, Durham, Rosmini House, 1993, 2 vols.. Sobre Rosmini, cf. o nosso artigo “Rosmini, Antonio (1797-1855)”, in *The Philosophy of Law. An Encyclopedia*, coord. de Christopher Garry Berry Gray, vol. II, Nova Iorque e Londres, Garland, 1999, pp. 762-764.

consumo de massas; porém, um conto, um romance, não particularmente complicado nem transcendente não é, por natureza, lançado no mundo para ser lido mais ou menos por toda a gente? Mesmo um livro de poemas que não sejam obtusos ou cifradíssimos...

Cada um lida com o trauma de não ser muito lido à sua maneira. Uma delas é negar o trauma.

## II. Sementeira e Solos

Os escritos ensaísticos ou de opinião, de matérias humanísticas e sociais com alguma ligação com o que se poderia chamar filosofia jurídica, social e política, esses, por natureza terão um público mais restrito. Mas quão restrito? O que visam os respetivos autores com elaborá-los e dá-los a lume?

No fundo, do que se trata em muitos destes escritos é de um objetivo bastante pretensioso e deveras votado ao insucesso. Se escavarmos nas possíveis motivações, só encontro uma, que não tem em consideração os condicionalismos próprios da empresa. Ou seja, que é uma vã pretensão, uma quimera, no contexto. Afinal, seria, nada mais nada menos, que tentar contribuir (ainda que por vezes muito modestamente, mas ainda assim concorrer) para a formação de um escol, de uma elite *proprio sensu*. Os mais revolucionários chamar-lhe-ão “vanguarda”, decerto. Formação ou influência desse grupo, que pode abeirar-se dos centros de decisão, ou que se pretende que se venha a aproximar mais, para o bem comum, pela sua competência, esclarecimento e boas intenções, ou demofilia, pelo menos.

Na verdade, trata-se de um grupo, cuja inexistência ou debilidade ou mediocridade sempre tem sido muito deplorada entre nós (recordo António Sérgio<sup>6</sup>, mas recordo também contributos mais recentes...), e cuja falta ou cujas faltas teria(m) grande responsabilidade nomeadamente no nosso proverbial “atraso”<sup>7</sup>. Mas também na eclosão de providencialismos unipessoais, de pretensos salvadores. Não se trata, de modo nenhum, pelo contrário, de uma oligarquia, mas de uma força viva, genuína, capaz de formar (ilustrar, esclarecer, dotar de sentido crítico) as massas, pelo exemplo antes de mais, mas também através da educação formal. Que duplo pretensiosismo!

Como se as massas quisessem ser formadas! As notícias de cada vez mais agressões, não apenas a professores e funcionários escolares, como a médicos e outros profissionais de saúde, e uma conversa ou outra com funcionários de atendimento ao público levam-nos a concluir que há pelo menos muita gente que, precisamente pela sua falta de formação intrínseca, vê nos serviços (públicos, antes de mais, mas também privados) apenas servidores seus (próprios, pessoais), e não da comunidade no seu todo. Sem que lhe ocorram que há quaisquer deveres, como estudante, pai ou mãe de aluno, doente ou seu acompanhante, etc. Esta situação é pedra de toque de uma enorme falta de formação, de cultura, de civilidade, de educação...

Muitos encaram a escola como um aborrecimento obrigatório e a Universidade como um mero passaporte para melhores empregos (as estatísticas dizem que essas vantagens começam a decrescer – obviamente pela massificação dos

---

<sup>6</sup> *Inter alia*, em SÉRGIO, António — *Educação Cívica*, Prefácio de Vitorino Magalhães Godinho, 3.ª ed., Lisboa, Sá da Costa, Ministério da Educação, 1984; Idem — “Paideia”, in *Obras Completas, Ensaios*, VII, Lisboa, Sá da Costa, 1974; Idem — Carta a Ferreira de Macedo, *apud* “Jornal de Letras”, 1.3.88, p. 19; Idem — *Explicações a um Catedrático de Direito sobre a Doutrina Ética dos meus 'Ensaios'*, in *Obras Completas, Ensaios*, VII, Lisboa, Sá da Costa, 1974; Idem — *Democracia*, Lisboa, Sá da Costa, 1974.

<sup>7</sup> Obra fundamental sobre este tópico é a de PEREIRA MARQUES, Fernando — *Sobre as Causas do Atraso Nacional*, Lisboa, Coisas de Ler, dezembro de 2010.

diplomas), tratando-se apenas de iludir as avaliações o melhor possível e obter esse salvo-conduto. E o mal maior é que, pelo mundo fora, o sucateamento da Educação é muitas vezes uma realidade – simples produto que se vende ou dá.

As instituições de saúde e repartições públicas, por seu turno, devem imediatamente satisfazer as necessidades, e a mínima espera (para essas massas novo-“grã-senhoras”, para retomar um título de Kant<sup>8</sup>) é já uma afronta... Há decerto, crescentemente, uma mole de pessoas que o sistema deixou escapar, mesmo em relação à educação mais elementar. Pessoas que têm ideal de vida de mera fruição, procurando viver à custa dos outros, no crime, ou na subsidiodependência. E que obviamente não só ignoram como zombam das altas preocupações dos idealistas. Além de que há também os que doiram ou embrulham as suas atitudes laxistas e egoístas de razões ideológicas, antissistema normalmente. É muito cómodo ser sistematicamente contra todas as instituições e poderes, porque supostamente isso daria uma autoridade moral para o incumprimento e a marginalidade. Mas obviamente que, à luz do direito, tal não ocorre. Felizmente. O que seria do mundo se a ordem jurídica claudicasse perante quem alegasse que ela é injusta, ou assenta sobre um qualquer pecado original?

É certo que a boa consciência social de muitos intelectuais de hoje vai ficando abalada por alguns destes argumentos. Toca a rebater algum fundo de remorso em muitos intelectuais, por se saberem privilegiados. A questão é que não sabem como compensar a sociedade por esse seu privilégio, e muitas vezes fazem exatamente o contrário do que seria socialmente meritório e útil. Daí a enorme e proverbial falta de bom senso de tantos intelectuais – como lembrava um poema de Jacques Prévert:

*“Il ne faut pas laisser les intellectuels jouer avec les allumettes  
Parce que Messieurs quand on le laisse seul  
le monde mental Messssieurs  
N'est pas du tout brillant  
Et sitôt qu'il est seul  
Travaille arbitrairement  
S'érigeant pour soi-même  
Et soi-disant généreusement en l'honneur des travailleurs du  
bâtiment  
Un auto-monument  
Répétons-le Messssieurs  
Quand on le laisse seul  
Le monde mental  
Ment  
Monumentalement”<sup>9</sup>.*

Mas é preciso fazer um esforço de bom senso e não ficar híper suscetível com todos os remorsos e autoflagelações. É preciso, desde logo, entender que a *historicidade* e não reversão é característica da História, e pergunta-se até onde não iríamos na cadeia das culpabilizações hoje em moda: à indemnização e reparação dos

---

<sup>8</sup> KANT, Emmanuel — *D'un ton grand seigneur adopté naguère en philosophie*, trad. fr. de L. Guillermit, Paris, Vrin, 1982.

<sup>9</sup> <http://www.frenchpeterpan.com/article-5368579.html> (consultado por último a 15 de junho de 2023).

descendentes de Abel pelos de Caim? Este já foi marcado na frente. Vamos repetir essas marcas simbólicas de opróbrio? Deixemos os mortos enterrar os seus mortos<sup>10</sup>.

### III. Para quê aprender?

Depois de um tempo cinzento e pesado de medos generalizados e de enraizados temores reverenciais, que ainda conheci na minha infância e adolescência, e se prolongaram, mesmo depois do 25 de Abril, até um pouco pela minha juventude, hoje depara-se com um à vontade, uma falta de maneiras, uma espontaneidade sem limites, uma imprevisão no que se faz, e um voluntarismo sem freio. Tudo pode resumir-se numa enorme falta de maneiras. Mas é bem mais que só isso.

Há uma ambivalência nesta mudança de costumes, pode-se dizer. Se há coisas que são ou foram, quando surgiram, uma lufada de ar fresco<sup>11</sup>, outras há que fazem arrepiar ou pelo menos muito espantam e escandalizam os mais velhos<sup>12</sup>. Dirão

---

<sup>10</sup> Mt. VIII, 18-22 ; Lc. IX, 57-62. Admite-se que haja várias interpretações e aplicações destas passagens, evidentemente.

<sup>11</sup> Não se podia deixar de ir de gravata para as aulas e sobretudo para os exames; Salazar via com muito maus olhos que os Secretários de Estado mais novos não usassem chapéu (os mais velhos continuavam a usá-lo); não era generalizadamente bem visto tanto comer um bolo ou um pastel na rua como mudar de emprego, mesmo que fosse para melhor (por fidelidade “à Casa” de origem); tinha que se convidar (sob pena de grave “desfeita”) famílias numerosas e também patrões ou mestres académicos para casamentos e batizados; era quase impensável entre “pessoas de bem”, mesmo quando legal, quer a união de facto quer o divórcio, etc., etc. Havia *dress codes* estritos para entrada em Igrejas e creio que mesmo em recintos religiosos abertos, assim como não passava pela cabeça das pessoas não irem vestidas pelo menos de forma relativamente solene e discreta para, por exemplo, idas a tribunais. As senhoras usavam até véu na Igreja (pelo menos fizeram-no durante muito tempo) e era mal-vista (e quase impossível, em meios pequenos) a falta à missa dominical e à comunhão (embora esta última mais tolerada, *a silentio*). Estavam em grande uso, e seria um sacrilégio não as empregar, as “palavras mágicas”: “Bom dia”, “boa tarde”, “boa noite”, “desculpe” (melhor: “faça o favor de desculpar”, ou “queira fazer o favor de desculpar”), “por favor”, “muito obrigado” (“bem haja”), “faz favor” (“por quem é”, “queira fazer a fineza”), etc. As pessoas dos outros e os pertences alheios (salvo para criminosos ou pessoas tidas por enormemente abusadoras, claro) eram sagrados. Não se tocava nas outras pessoas sem razão (por exemplo, para cumprimentar) e não se usavam nem levavam as coisas alheias “de empréstimo” sem permissão explícita prévia. Evitava-se, pelo menos nos meios mais seletos, falar em coisas de dinheiro e era grande inconveniência perguntar a alguém quanto ganhava ou qual o montante dos seus rendimentos. Retribuíam-se os convites, os telefonemas, as visitas. Estava-se a par dos óbitos (que eram comunicados não apenas pela rede informal das relações, como pelos jornais, em anúncios por vezes pagos), mandavam-se cartões e telegramas (mais recentemente) de pêsames, ia-se a funerais (com flores), e de trajes pretos, ou, no mínimo, escuros e agradecia-se nos jornais e em cartões individuais as condolências recebidas. Não se ia a festas sem convite e sem levar presentes (ao menos, flores). Era praticamente inconcebível que se desmarcasse (e mais ainda faltasse a) um qualquer compromisso, ou uma consulta. Qualquer carta recebida tinha sempre resposta, viesse de amigo ou de desconhecido. Havia uma filigrana de matizes nas formas de tratamento que davam o tom da proximidade ou da reverência. Existia um complexo código de tabus alimentares (com adágios para melhor memorização: “por cima de peras, vinho bebas”; “por cima de melancia, água fria”). Mantinham-se espaços de algumas horas entre refeições e banhos de mar. Levava-se muito a sério a possibilidade de interações entre medicamentos, e inquiriam-se os médicos a tal respeito. Não se tinha vergonha de comer, nem de fazer muita comida para muitos convidados e não havia mil e uma dietas diferentes a respeitar (salvo os casos clássicos ligados a cultura e religião, mas, entre nós, havia pouca interculturalidade na socialização então). Só não se pode dizer que as pessoas devolvessem os livros que se lhes emprestavam. Havia em bastante uso manuais de boas maneiras, desde logo para jovens. Havia, em geral, uma certa coerência de atitudes: um certo conjunto de crenças levava, pelo menos hipocritamente, a um dado conjunto de atitudes. Porém, é dessa época a canção de ALMEIDA, António / BRAGUINHA – *Pode ser que não seja*, com o refrão, então muito conhecido (mesmo em Portugal): “Nem tudo que reluz é oiro / Oi! Nem tudo que balança cai”. Algumas situações, em alguns casos felizmente (noutros nem tanto), já nos esquecem...

<sup>12</sup> Não se dá lugar a uma senhora ou a um idoso num transporte público, onde, aliás, se fala em altos brados ao telemóvel; tratam-se todos como se tivessem sido colegas de escola ou de serviço militar, com um uso de um “tu” que quase fere, ou então com um “você” que se não sabe se não é ainda mais ofensivo (falamos em Portugal, onde, como dissemos, estas coisas tinham códigos muito complexos, e bem

alguns, mais novos, que já nasceram neste ambiente, que são coisas de somenos, e que na democracia temos de nos habituar a esses novos modos. Se, por um lado, há coisas que são apenas formas diferentes de conviver, e, como dissemos, algumas serão eventualmente até melhores, por mais descontraídas, outras denotam, por exemplo, uma falta de sensibilidade a uma necessária hierarquia social, que começa na atenção para com os mais velhos, e acaba no necessário respeito mínimo pelas instituições, as quais, agora, mais o merecem, porque emanando, direta ou indiretamente, do voto popular.

Mas, no limite, há também atitudes que não são mero não atribuir a cada um o que é seu (*suum cuique tribuere*) no plano das honras. São mesmo crime. E o crime (enquanto o for) só pode, na nossa civilização, ter como resposta as suas consequências legais, mediadas pelo sistema judicial...

É curioso como as famílias parece já não educarem (ao menos nestas coisas) os mais novos – ou os mais novos farão orelhas moucas a esse tipo de ensinamentos?

O que ocorre na Família sucede também, em ponto grande, na Sociedade. A verdade é que cada vez mais vão morrendo e não sendo substituídos os grandes representantes da Cultura, da própria Política, vultos de grande autoridade moral. Os cabelos brancos de alguns de hoje já não são o que significavam noutros tempos. É toda uma outra escola, de facilidade, de improviso, de *marketing* para “inglês ver”. Evidentemente que rezamos por que se conservem uns tantos... mas sabemos que não durarão sempre.

Uma curiosa experiência dos mais velhos, ou, digamos, de “meia-idade” é espantarem-se com a assunção de cargos importantes por parte de pessoas que eles viam como imberbes ainda há não tanto tempo assim. Ficam espantados e assustados como aqueles lugares, aquelas pesadíssimas responsabilidades, estão agora sobre ombros tão frágeis, tão inconsistentes, tão impreparados. E a única forma que têm de se consolarem é dizerem que os tempos mudaram, que as altíssimas exigências “do seu tempo” afinal seriam exageradas, que as coisas agora têm de ser mais leves, que agora há a informática (que resolve tudo) e que, no fundo, eles foram “boas surpresas”, evoluíram muito, “cresceram” muito. Ainda que tudo isso, ou quase tudo, seja apenas um alibi para não deitarem as mãos na cabeça.

Além disso, começam a acumular-se experiências negativas muito relevantes.

Não sou, nunca fui, como se sabe, professor de Português. Nem sequer um purista da nossa Língua, nem de nenhuma. Mas creio que temos que nos exprimir numa língua materna, pelo menos, com algumas regras: não pode valer tudo.

Já tive alunos, porém, que cheios de razão e pinceladas mal deglutidas de teorias modernas (naturalmente colhidas das redes sociais), verberaram, indignados, a ditadura de um reparo linguístico, sintático ou ortográfico, não recorde. E note-se que

---

diferentes do Brasil, ou até de Espanha ou da Bélgica, em que o “tu” está muito difundido); mesmo funcionários de teletrabalho tratam as senhoras chamadas Maria José, Maria Madalena, Maria do Amparo, Maria de Belém, Maria da Luz, Maria da Graça, Maria *do que quer que seja* por “simplesmente” “Maria”, ou, no máximo, “Senhora Maria” ou, na melhor das hipóteses, “Senhora Maria x”, sendo x o nome de família; nos Uber, qualquer pessoa é só tratada mesmo pelo nome próprio; no trânsito, tornou-se caótico e os palavrões e mesmo agressões físicas cresceram muito; o nível do debate político chegou ao insulto, à calúnia, sem qualquer respeito por instituições e pela dignidade de cada um, que não pode ficar diminuída, pelo menos no seu círculo essencial, por se exercer um cargo público ou afim; não há qualquer respeito (muito menos veneração) pelos professores, sendo insultados, vilipendiados, em conjunto e individualmente, havendo mesmo agressões físicas, algumas graves. Continua-se a não se devolver livros emprestados, mas cremos que o empréstimo de livros é muito menos frequente. A canção *Pode ser que não seja* afigura-se-nos que em Portugal é menos cantada, talvez porque as pessoas já não se choquem com as antinomias que refere e implicitamente crítica. Tudo parece combinar com tudo...

sou muito liberal na pluralidade das normas da nossa Língua... Mas há coisas que estão mal por qualquer das variantes admitidas que se escolha ou em que se tenha nascido. Em qualquer uma, são erros rotundos. Pois eles achavam que não. Que o Povo é que faz a Língua e portanto, cada um que fale e escreva como pessoalmente lhe apetecer. Sem esses ditames ditatoriais dos pretensos “donos da língua”. Isso é que seria democracia.

Logo a seguir à Revolução dos Cravos, num plenário no Liceu, nunca me esquece que um colega mais adiantado e inegavelmente esperto, bradou, creio que ironicamente: “E não se esqueçam de que a Matemática é fascista, porque  $2 + 2$  têm de dar 4”.

O problema é que (está agora a evidenciar-se amplamente) há mesmo pessoas que, formadas em meros *slogans* muito superficiais, acham realmente que  $2 + 2$  poderiam, ou mesmo deveriam, não ser 4. Quebrando as regras do jogo lógico-retóricas de Aristóteles, no *Organon*<sup>13</sup>. São capazes de negar que a neve seja branca, sobretudo se a virem suja ou com sombras, são capazes de achar que não se devem venerar os pais, ou que isso é facultativo, ou dependente de variáveis, etc.

É assustador o volume de artigos de opinião e mesmo escritos pretensamente científicos que versam sobre minudências que interessam apenas aos seus autores e respetivo círculo profissional ou de amigos – por vezes, até, assassinando a Língua, com uma profusão de termos técnicos de outros idiomas (normalmente o Inglês americano), que o cidadão comum não só não tem nenhuma obrigação de conhecer, como poderá mesmo ter o dever de ignorar, por ferirem quer a sensibilidade linguística e cultural nacional, quer a razoabilidade do pacto aural. Que interessam à pessoa comum as angústias meandrosas dos viciados em sofisticada tecnologia, em formas abstratas de circulação, perda e ganho de dinheiro, ou nas subtis intrigas e contra intrigas dos corredores do poder? Há uma grande perturbação da paz com a sobrecarga de novas e falsas novas (*fake news*), que deixam o cidadão que consome produtos mediáticos num nervosismo e numa irritação sem tréguas. Por vezes inapercebidamente, numa latência de profundo mal-estar, como que sentando as pessoas num barril de pólvora. E assim se alimentam frustrações, ao ponto de solidificarem na mente e no coração das pessoas falsas certezas familiares, na verdade preconceitos ancestrais, que ao menor rastilho se volvem em explosão de raiva – eventualmente descarregada sobre instituições e pessoas obviamente inocentes. Ou com culpas repartidas ou diluídas...

Estranha condição a de muitas pessoas de hoje. Por um lado, frustradas, descontentes, sempre querendo mais do Estado e dos serviços (protestando por 5 minutos que esperam numa fila... é muito comum<sup>14</sup>), incapazes de suportar a dor e as

---

<sup>13</sup> ARISTÓTELES — *Organon*, V. *Tópicos*, I, 11 – 105 a). Na trad. port. e notas de Pinharanda Gomes, Lisboa, Guimarães, 1987, p. 30: “Quem proponha a questão de saber, por exemplo, se é preciso ou não louvar os deuses e amar os pais, não pede mais que uma boa correcção, e quem pergunta se a neve é branca ou não, só tem que abrir os olhos. A controvérsia nunca se deve criar nem acerca de assuntos cuja demonstração é próxima, nem acerca de assuntos cuja demonstração é longínqua. No primeiro caso, não há qualquer dificuldade e, no segundo, as aporias são muito grandes para um simples exercício disputativo”.

<sup>14</sup> Não se pretende dizer que tudo funciona bem. Muito longe disso. Apenas um exemplo, que cremos significativo: as mudanças da informatização, associadas à vontade de os gestores públicos e privados quererem economizar com a redução dos efetivos humanos ao serviço, substituindo-os por máquinas que obviamente só podem tomar o seu lugar até um certo ponto tem levado a inúmeros estrangulamentos, muita coisa que funciona menos bem, apesar de os funcionários e empregados que restam, até porque amedrontados com serem os próximos a ir para o desemprego, se desdobrarem em amabilidades, atenções e mais e mais trabalho. Somos uma sociedade cada vez mais de *burn out*. Contudo, a qualidade dos serviços prestados, e dos produtos criados, não melhorou; em muitos casos piorou. E ao ver-se enredado em burocracias, não conseguindo levar a sua vida com alguma agilidade, há cidadãos que desesperam ou



contrariedades (grandes consumidores de analgésicos, calmantes, antidepressivos, etc.), quezilentas, violentas (mesmo no namoro, que fará domesticamente em relações mais duradouras; e muitíssimo agressivas e perigosas no trânsito rodoviário). É esse lado que é explorado pela comunicação social sensacionalista e pela política demagógica, populista, potencialmente (ao menos) anticonstitucional<sup>15</sup>. Nas redes sociais, nos simples comentários a notícias da *Internet*, descobrimos a apoteose de um lado muito ativo (no “teclar”) de setores sociais a não descurar. Destacando-se de conversar desinteressantes, um outro tipo de linguagem: a de uma falsa polémica, sempre pronta a contrariar, a desdizer, a atacar, ou então a vangloriar-se pessoalmente ou incensar os do seu grupo. Um clubismo levado ao auge, e que, mesclado com informações mentirosas (felizmente sempre apreciadas, e muito frequentemente desmentidas, por “instituições” como o Polígrafo), cria nessa outra dimensão da realidade um clima de cortar à faca. Não sei como quem tem mais que fazer (e pensar) ainda anda por essas paragens, depois de ter visto o que para lá se vai vendo... Se era por uma razão de curiosidade sociológica, a experiência está feita. É um mundo de muita raiva, muita guerra, muita mentira e imensa vaidade. Talvez até seja esta última que, tudo ponderado, ainda leva alguns a permanecerem. O gostinho dos *likes* é, para eles, um deleite indizível, certamente.

E perante o espanto (pelos próprios que se vangloriam, que é vitupério, diz o adágio) de glórias e bazófilas, e o desfilar glamoroso das páginas de *Internet* e programas televisivos de gente apresentada como “rica, famosa, bonita”, e em muitos casos imensamente caprichosa e inconsequente, dando a ideia que teve a sua boa sorte por mero capricho dos deuses (mais raramente, ou apenas subsidiariamente, pelos seus feitos pessoais, sempre mais ou menos no domínio de espetáculos, desportos e afins – por exemplo, não há clubes de fãs de cientistas vivos...), as pessoas comuns que com isso são tocadas ou os endeusam como modelos, e se interessam pelas intrigas das suas vidas como se fossem suas, vivendo por endosso e transferência, ou então de algum modo (talvez mais silencioso, porque não será de bom tom) se acabrunham e irritam com essa inundação de notícias sobre tal *beautiful people*, os *happy few*. Pessoas da mesma classe social, com contexto e atividades em tudo semelhantes, podem optar por essa identificação quase totémica com os monstros sagrados da Fama, ou então fazer crescer em si, com esse motivo e pelos mil e um outros da sua marginalizada e pobre condição, uma espécie de ressentimento, em que, mais do que fraqueza e passividade (como se retiraria de Max Scheler<sup>16</sup>), talvez deva avultar o sentimento de impotência, humilhação pelo choque com a grandeza, ostentação, desperdício e por vezes insolência dos bafejados pela sorte (que não são só gentes mediáticas normais), tendo como pano de fundo um nem sempre bem conduzido sentimento que reage à injustiça. O ressentimento pode quedar-se por um remoer que vai corroendo a existência, com episódicos remoques, chistes, imprecações, mas pode

---

tendem a um grau elevado de desistência. Mas uma coisa são essas vítimas de um sistema que deixa de falar com as pessoas, em que os telefones se calam, em que máquinas mandam fazer percursos demenciais, e outra coisa os comodistas que queriam que tudo lhes viesse ter à mão de bandeja.

<sup>15</sup> Alguns livros ajudarão a esclarecer os perigos. De entre muitos já, ECO, Umberto — *Costruire il Nemico e altri scritti occasionali*, Milão, Bompiani, 2011; Idem — *O Fascismo Eterno*, trad. port., Rio de Janeiro, Record, 2018; SILVA, Ana Beatriz Barbosa — *Mentes Perigosas. O Psicopata mora ao lado*, Rio de Janeiro, Fontanar, 2008; SNYDER, Timothy — *Sobre a Tirania. Vinte Lições do Século XX para o Presente*, trad. port., Lisboa, Relógio D'Água, 2017; TODOROV, Tzvetan — *Les Ennemis Intimes de la Démocratie*, Laffont / Versilio, 2012, trad. port. de Pedro Elói Duarte, *Os Inimigos Íntimos da Democracia*, Lisboa, Edições 70, 2017. E, por todos, o nosso livro *O IV Cavaleiro. Direito, Cultura e Apocalipses*, Coimbra, Almedina, 2020, Prefácio de José António Henriques dos Santos Cabral.

<sup>16</sup> SCHELER, Max — *Das Ressentiment im Aufbau der Moralen*, 1912, 3.<sup>a</sup> ed., Frankfurt am Main, Klostermann, 2017. A obra, porém, é mais complexa, não se podendo resumir a um único tópico ou leitmotiv.

também alimentar um sentimento de alguma revolta, que se pode canalizar para atividades mais ao ar livre. Obviamente que não é invejar os automóveis deste ou os colares daquela, a força e destreza de uns, ou a beleza deslumbrante de outros, e a todos ver ganhar ou herdar milhões que, de per si, irá, normalmente, fazer de alguém um revoltado. Será preciso decerto também uma história pessoal de pobreza, de fome, de desemprego, de traições, de desprezos, de humilhação, de derrotas, de se sentir um zero, para que se queira realmente uma vingança, uma desforra. E essa oportunidade pode surgir em tempos de convulsões, em guerras e em revoltas ou revoluções.

Por outro lado, há também gente sonolenta: afundada, classicamente com uma cerveja na mão (mas agora poderá ser um feérico refrigerante), mastigando permanente cigarro num sofá velho, de molas gastas, eternamente hipnotizada pela televisão, e incapaz de qualquer gesto, qualquer rasgo – a não ser dizer mal dos vizinhos ou de algo no emprego (se ainda – ou já – o tiver). É intrigante como este imenso grupo de pessoas está (pelo menos por enquanto) totalmente imune aos discursos inflamados dos políticos em comícios e assembleias (e aos seus embates, cada vez menos elevados e amadurecidos<sup>17</sup>), à prosa incendiária da comunicação social<sup>18</sup>, e à sabedoria assertiva de tantos articulistas donos da verdade. É de perder o fôlego ler alguns. Mas talvez a solução daqueles seja o não lerem, não ouvirem, não prestarem atenção.

Bate certo: uma incapacidade de assunção de uma personalidade e de um projeto de vida, levando a enorme frustração, e a episódico jorrar de violência e protesto desarticulado, e muitas vezes, até, sem razão. Vidas sem sentido, porque se lhes não soube abrir caminhos de sentido, desde logo na Escola. Vidas que podem pôr em risco a convivência coletiva pacífica, as instituições democráticas, se se resolverem lançar em alguma aventura em que se sintam (ilusoriamente) protagonistas.

No fundo, tudo terá certamente origem já numa educação mais ou menos laxista, de pais ausentes que não dialogaram com os filhos, que não estiveram presentes, que os procuraram diuturnamente acalmar e “comprar”, não lhes negando nada ou quase nada do que iam pedindo, numa linha de consumismo em que se viciaram. E em que os pais também já estavam viciados. Além de lhes comprarem tudo (pelo menos tudo no limite até do endividamento familiar), as crianças e os jovens habituaram-se também a que nada lhes fosse recusado quanto a permissões e a aceitação de comportamentos. Mesmo pais, tios e avós já com uma diferença de idade considerável face aos novos, e muitas vezes com formações muito conservadoras, com alguma facilidade se foram habituando a “fazer-lhes as vontades”, com uma muito aguda percepção de que, se os contrariassem se arriscariam a consequências graves: desde o serem desautorizados, e verem as suas ordens não acatadas, ao perderem o afeto dos visados, e, no limite, pairaria sempre a possibilidade de saírem de casa.

---

<sup>17</sup> BARRETO, António — *Uma República de Garotos*, “Público”, 20-5-2023, p. 3 adverte: “Estes Garotos divertem-se com o mal dos outros, brincam e desprezam os inferiores e os menos dotados, odeiam e perseguem os superiores e mais capazes. E têm enorme consideração por si próprios”. E interroga-se mais adiante, no que cremos não ser questão retórica: “Como é possível que alguns ministros capazes, alguns governantes decentes, alguns deputados honestos e alguns profissionais honrados se deixem enlamear por estes Garotos?”. Evidentemente que há repúblicas muito, muito piores. Esperemos que sejam apenas fenómenos passageiros.

<sup>18</sup> PACHECO PEREIRA, José — *Intoxicação da Opinião Pública*, “Público”, 20-5-2023, p. 11, refere-se a “(...) jornalistas e comentadores, os que tornaram o veneno das mentiras num aerossol feito deliberadamente para intoxicar a opinião pública e potenciar os seus efeitos políticos” e deplora “(...) uma fúria incontrolada que, insisto, nada tem a ver com jornalismo. Quando um diz mata, o outro diz esfolo e, por fim, outro diz esquarteje-se”. Concluindo o seu artigo muito significativamente: “Depois queixem-se, mas já será tarde”.

Embora cremos que não estivesse no horizonte de expectativas desses adultos “calculistas”, a possibilidade de serem agredidos e, mais tarde, abandonados, *tout court*, ou em lares com más condições, também serão possibilidades a ter em conta. Seja como for, pelo certo, há que fazer o que os mais novos querem... e no máximo comentar: “são jovens!”, “os tempos mudam / mudaram!” ou mesmo, mais fundo ainda: “também já tivemos a idade deles!”. E fica a consciência tranquilizada e as satisfações sociais dadas.

Habituaados a chorar, a reclamar e a terem o que pedem, muitos são os adultos que vão fazer compras ao *shopping* (ou na *Internet*) compulsivamente, apenas porque estão entediados, e para acalmar o *spleen*...baudelairiano. Se não têm recursos, a tentação de dinheiro que se crê fácil (como, por exemplo, pelo tráfico de droga) faz muitos cair na tentação. Noutros casos, há esquemas fraudulentos. Os que não encontram expedientes criminosos (ou terão ainda alguns escrúpulos) arrastam-se por empregos que nunca satisfarão os seus sonhos de consumo, ou nas situações de auxílio social, que menos ainda poderão chegar... E a frustração cresce.

No meio de tudo isto, ver jovens esforçados, por vezes com muitos diplomas (que, porém, cada vez valem menos...) que aceitam empregos de grande esforço, com horários por vezes demenciais (pela extensão e pelos turnos), para ganhar pouco, mas honradamente, e que têm projetos na vida, que querem constituir família, que querem progredir, que estudam nas poucas horas que sobrem, é ainda uma grande esperança. Os males que têm de arrostar não lhes diminuem o valor e a fibra. Os males são obviamente maus, o valor é bom. Mas quantos que trabalham e que procuram a felicidade (porque a felicidade procura-se, luta-se por ela) compensam a massa enorme dos que não trabalham e só que reclamam, como eternas crianças mimadas?

Fica-se com a sensação de que esses pais que enveredaram pela educação não educadora, pela via da permanente facilidade, fizeram muito mal aos seus filhos e por essa via à sociedade em geral. Há coisas singelas, mesmo pequenas, mas de que podem resultar até mortes.

De há muito que não entendia como era possível que tantas pessoas não se soubessem conduzir na rua, andando em contramão nos passeios, e sobretudo às arrecuas, atropelando literalmente quem não adivinharia os seus movimentos fantasistas. Com a proliferação de trotinetes, *skates* e outros, que não respeitam quaisquer normas de trânsito, que tanto usam as faixas dos automóveis, como as ciclovias, como sobem pelos passeios, em movimentos bizarros, tem havido já muitos acidentes – e só não haverá mais graças às mãos previdentes de anjos da guarda. Esta total insensibilidade aos outros, este egoísmo completo no querer seguir um caminho, independentemente de quaisquer regras, é um sinal da pessoa egotista hodierna, que só conhece, nem sequer a própria lei (porque não faz leis para si própria, como Robinson Crusoe<sup>19</sup>), mas só a própria vontade.

Durante alguns anos, ouvi de muitos que fazia muita falta a alguns, por estas e por aquelas razões, o serviço militar. Ele dotaria as pessoas de sociabilidade, educação, diálogo, sentido de hierarquia, ordem, disciplina e autodisciplina, e até algumas competências profissionais ou afins, que os “meninos da mamã” ou alguns mancebos de lugares mais perdidos não conseguiriam atingir (pelo menos em tempo útil) sem essa experiência. Numa sociedade que se pretende igualitária entre os géneros, talvez fosse ainda interessante pensar numa qualquer solução, nesta senda, que não deixasse de fora, pelo contrário integrasse, as mulheres.

---

<sup>19</sup> Além do clássico de Daniel Defoe, cf. nomeadamente, TOURNIER, Michel — *Vendredi ou les limbes du Pacifique*, Paris, Gallimard, 1967.

Claro que é uma tentação (de algum modo simplista, mas com um certo peso simbólico) apontar um serviço militar de novo obrigatório e universal. Mas também se pode perguntar: não poderia a Escola fazer também essa função? Ou estará irremediavelmente condenada? Seja como for, não há dúvida que a urgência e banho de realidade que uma guerra implicam não se compadecem com “paninhos quentes” e teorismos. Para alguns, só situações de verdadeiro perigo, rutura, crise aguda levam a uma iluminação. Há quem, não tendo passado senão pelos seus minúsculos dramazinhos, muito pessoais e domésticos, permanece uma pessoa enclausurada no seu mísero e mesquinho egoísmo, incapaz de entender o mundo em que vive, ou melhor, não vive. Chega a ser irritante e indignar o tempo de preocupações dessas pessoas privilegiadíssimas, ainda que possam pertencer a classes humildes ou “remediadas”. Privilegiadíssimas porque a vida (e muitas vezes a família, os professores, etc.) lhes foram acolchoando a existência, aplanando os caminhos, sendo cúmplices da sua profunda alienação.

Esses alienados obviamente não querem aprender nada, não aprendem nada, e o que sabem decorre apenas de necessidades de convivência mundana e vaidade, mas a um nível muito elementar. Porque se reconhece que também há muita vaidade na alta cultura e na alta educação – o que será certamente um dos efeitos positivos desse vício, estudado classicamente por Matias Aires<sup>20</sup>.

Aliás, um fenómeno interessante dos nossos dias é a imensidão de pessoas que não apenas frequentaram (e necessariamente concluíram, porque se reprova muito pouco – mais se abandonará, decerto...) o ensino superior, como, mal obtida a licenciatura, logo se abalançam ao mestrado, e logo depois ao doutoramento.

Fui contemporâneo da mudança. Não era nada assim antes. Eu mesmo me recordo que o simples facto de possuir mestrado me abriu então uma infinidade de portas: nos concursos, nesses finais dos anos 80 do século passado, era até o único a ter esse grau. E, quando fui à Secretaria da Universidade de Coimbra pedir certidão de doutoramento, julgavam que eu, no máximo, estava a pedir diploma de mestrado. Foi o cabo dos trabalhos para reconhecerem (por motivos formais, claro) o meu doutoramento na que então era considerada a melhor instituição de ensino jurídico da Europa, a par (se bem me lembro) apenas de Oxford: a Universidade Paris II.

Não se trata de saudosismo dessa escassez, trata-se de chamar a atenção para o que terá ocorrido com os graus e títulos desde então. Desde logo, houve uma mudança de mentalidade. Quando antigamente só passava pela cabeça de alguém fazer mestrado e sobretudo doutoramento (e, já agora, agregação, que é a livre-docência portuguesa) se tivesse uma clara vocação académica, inclinação e arte de ensinar e de pesquisar (comprovadas por um percurso académico em geral brilhante), hoje pensam muitos que isso é mais uma flor na botoeira do currículo, uma espécie de título nobiliárquico (e os portugueses – mas não são os únicos – são muito sensíveis às distinções, medalhas, títulos<sup>21</sup>) para que precisariam apenas de vontade e de fazerem a respetiva inscrição. O resto viria necessariamente “por acréscimo”, até porque têm dos professores como seus servidores pessoais e fazem da Universidade uma ideia de simples serviço: fornecedor de diplomas. Valha a verdade que alguns docentes não se dão ao respeito e algumas instituições se consideram empresas fornecedoras de um produto que poderiam ser “secos e molhados”.

---

<sup>20</sup> AIRES, Matias — *Reflexões sobre a Vaidade dos homens, ou Discursos Moraes sobre os efeitos da Vaidade*, Offercidas a El rey nosso senhor D. Joseph o I. Por Mathias Aires Ramos da Silva de Ec,a [sic], 1761.

<sup>21</sup> É o que já se via no séc. XVI nas cartas de Clenardo, que para aqui veio ensinar Grego na Universidade de Coimbra. Cf. CEREJEIRA, Doutor M. Gonçalves — *O Renascimento em Portugal*. I. Clenardo e a Sociedade Portuguesa, 4.ª ed., revista, Coimbra, Coimbra Editora, 1974.

A par dos que têm do buscar títulos apenas um ir com os outros, na nova moda nobiliárquica (“Foge cão, que te fazem barão. Para onde, se me fazem visconde?” – dizia-se nos tempos do regabofe nobiliárquico da monarquia constitucional), cujo móbil é a imitação social e a vaidade, parece haver outros (talvez em geral um pouco mais velhos) que encaram essa aposta ou empreendimento como um repto, que a si mesmos lançam.

Dizem de si para si, como o clássico Correggio, que também são pintores (*anch'io son pittore*), ou, se o não serão, mostram-se dispostos a vir a sê-lo. Há um ar de família entre esta atitude e a de quem, decerto imbuído de literatura ou “mentoria” de autoajuda, vai frequentar cursos, retiros, ou adere a grupos que prometem alguma regeneração física, mental, ou vivencial.

Vai-se fazer mestrado ou doutoramento como quem muda de vida, ou cria um canal para uma futura mudança de vida. Por vezes, trata-se de uma determinação que implica mil e um sacrifícios e não tem nada de leviano, nem de turismo académico. O único problema (que corre por sua conta e risco) é semelhante às dificuldades do aluno trabalhador estudante que não fez previamente uma preparação formal, e tem de ser muito autodidata. Por exemplo, Álvaro Ribeiro tinha muitas reticências ao sucesso desses estudantes<sup>22</sup>. Mas não sejam tão radicais. Precisam eles é de muita humildade e muito trabalho para recuperar o tempo perdido. Infelizmente, quem chega a um certo patamar autodidaticamente tem normalmente tendência para acreditar que sabe tudo, e que os outros permanecem ignorantes – ainda que tenham estudado mais, e de forma mais orientada. Alguns gurus em várias áreas não são mais que frustrados estudantes formais, ou nem isso, que se tornaram autodidas. E atingiram o sucesso, vai-se lá saber como. O sucesso é sempre um mistério...

A questão coloca-se, assim, sobretudo nos que se decidem abalançar a estes títulos<sup>23</sup> com leviandade, ligeireza, como quem abraça uma terapia contra a solidão ou o tédio. E confundem orientadores de dissertações ou teses com *personal trainers*.

A impressão social que fica desta confluência de tantas candidaturas é que, do mesmo modo que os jovens de famílias com um pouco mais de posses (ou sacrifícios) são socialmente compelidos a, com ou sem vocação ou talento, irem para os cursos de primeiro ciclo universitário, logo os de idade superior, e até a uma idade indeterminada, todos mais ou menos com meios para pagar as mensalidades, deverão

---

<sup>22</sup> RIBEIRO, Álvaro — *Memórias de um Letrado*, Lisboa, Guimarães Ed., 3 vols., 1977, 1979, 1980.

<sup>23</sup> E em especial se as teses que têm que fazer não são simples artigos ou colagens de artigos – isso transmuta completamente o sentido de “fazer uma tese”, por muito que os intervenientes nesse novo processo possam enaltecer a modalidade e apoucar as velhas teses, mais ou menos longas, com “cabeça, posta e rabo” como dizia Vitorino Nemésio. Evidentemente que as teses não se medem aos palmos. O problema é que tem de haver, em geral, uma evidência clara do estado da arte, uma enunciação histórica do problema, comparação com outras soluções, e, valha a verdade, sempre, alguma erudição. Há casos de excessiva farfalhice sem chispa, mas pouco fôlego também não é solução. Só se fossem teses de evidente inspiração, genialidade, é que se lhes pouparia a necessária transpiração. Por exemplo, uma *relectio* como a de CRUZ, Sebastião — *Ius. Directum (Directum)...*, *Relectio*, Coimbra, ed. do autor, 1971, nas suas 74 páginas (incluindo resumos) seria uma brilhantíssima tese de mestrado, e cremos que mesmo uma boa tese de doutoramento. Mas é preciso aliar a inteligência, o brilho e mesmo a erudição apesar de em poucas laudas. Foi efetivamente tese de doutoramento a de ANDRADE, Manuel de — *Ensaio sobre a Teoria da Interpretação das Leis*, in Francesco FERRARA, *Interpretação e Aplicação das Leis*, 3.<sup>a</sup> ed. port., Coimbra, Arménio Amado, 1978, que também é pouco extensa. Comparem-se os novos com estes dois exemplos, no Direito, ou, nas Letras, por exemplo, com a pequena tese de doutoramento de SILVA, Agostinho da — *Sentido Histórico das Civilizações Clássicas*, Porto, Ed. do Autor, 1929. Invertendo os termos do problema, parece haver já, noutras latitudes, docentes que consideram uma desconsideração ao júri por parte do candidato, apresentar teses um pouco mais nutridas... Realmente, a imaginação pedagógica é o “cada cabeça, sua sentença”.

ir tentando a sua sorte (e socialmente pressionando a aprovação) sucessivamente em mestrados e doutoramentos.

Se vires um jovem e ele, nos seus vinte anos, não disser que cursa a Faculdade x ou y, será de “desconfiar”, em certos meios burgueses, ou aristocráticos. Se aos trinta anos ele não tiver feito mestrado e aos trinta e cinco doutoramento, também será para estranhar? Não deveria ser assim. Há mais vida para além das teses. E não se diga que é o mercado que assim o exige...

#### IV. Entre Pedagogismo e Laxismo educativo

Uma das características dos tempos atuais tem marca contraditória.

De uma banda, estamos mergulhados num “pedagogismo” alucinante, prolífico, altamente formalizado e burocratizador da Escola<sup>24</sup>. Há gurus educativos, pelo mundo fora, que conseguem que as suas teorias sejam adotadas: através de modas impostas oficialmente por aqui e por ali: veja-se o arco-íris complexo e sempre mutável das “gramáticas” que não preparam – só baralham – os alunos para aprendizagem de novas línguas. Dessa banda, a partir dessa ordem de ideias, sopram muitos dogmas, muitas regras, muitas avaliações com fórmulas complicadíssimas...

As Escolas, que deveriam ser preparação da Liberdade pública, e já elas treino de Liberdade, exalam hoje um perfume de burocracia, deste lado, e, como veremos depois, de outra banda um odor de anarquia. São gémeos inimigos... Há além disso uma confluência singular entre essas duas vias que desviam as escolas da sua função: ora pelo pedagogismo, ora pelo laxismo, ora pela burocratização ora pela anarquização exterior, parece haver, em muitos casos, um excesso de isolamento institucional, um apartar dessas realidades, racionalidades, organizações, da vida real e normal. Em que sobressai o poder dos líderes das instituições totais, que por vezes é muito exagerado, concentrado, e mesmo chega a ferir direitos de docentes e estudantes ou alunos.

A gestão democrática das escolas tem recuado ao longo de várias reformas, para tudo se subordinar a uma lógica de “liderança”, muito decalcada nos modelos puramente empresariais (em que a alavanca é, obviamente, o lucro), que nada têm a ver com o que deveria ser uma escola, sobretudo uma escola pública, ou, ainda que privada, ou do terceiro setor, virada para o bem comum. Assim, o poder, e o seu exercício muitas vezes *pro domo*, deveria ser um vetor muito residual neste tipo de instituições. Avultando grandemente, como avulta hoje obviamente muito prejudica a sã convivência interna e o projeto educativo (*tout court*).

Mas voltemos àquela específica banda pedagógica, que arrasta consigo o autoritarismo (ao menos).

---

<sup>24</sup> A burocratização anda a par com a massificação. É um contrassenso, mas é uma verdade. Uma organização que começa a ter um número inusitado de membros, clientes, utentes, etc., para mais naturalmente menos imbuídos do seu espírito (desde logo, porque não lhe conhecendo, verdadeiramente, nem a História nem o sentido), mais alheios aos seus deveres e direitos no seu seio, deveria, precisamente, ter uma estrutura leve, uma direção articulada e ágil, regras simples e compreensíveis. Mas não. Quanto mais, nas sociedades hodiernas, as instituições se alargam, engordam, gigantizam, mais nelas se criam grupos e comissões, poderes e competências, normas e mais normas, tornando tudo mais complexo ainda. O que, aliado à escala que tais entidades adquiriram, tem contornos de Leviathã. Ora, a escola está longe de ser a única instituição a padecer destes males, que afligem profundamente a sociedade contemporânea. E os que criticam o Estado social muitas vezes têm diante dos olhos não verdadeiras instituições de proteção e de justiça social, mas os exemplos, patológicos e não fisiológicos, criados pelo binómio burocracia – massificação. O Estado, em geral, e o Estado social em particular, não têm necessariamente de ser assim.

Sobre essas teorias subjetivas, alçadas a verdade absoluta, fiquei felizmente vacinado logo nos inícios da minha carreira docente. Acumulando então funções em dois estabelecimentos de ensino superior, num era incitado a escrever uma “sebenta”, altíssima utilidade para os estudantes, verdadeira marca e monumento do Mestre autêntico e não do simples “vendedor de aulas”, e noutra advertido a jamais o fazer, por profundamente antipedagógico, rematado exemplo de obscurantismo e dogmatismo, mordaca e trela no aluno que deve ser livre na autónoma pesquisa.

Do mesmo modo, muitos anos mais tarde, lecionando fora de Portugal em duas universidades da mesma empresa educativa multinacional, numa delas todas as provas tinham necessariamente uma parte sob a forma de teste americano (escolha múltipla, ou “cruzinhas”, como vulgarmente se diz), e noutra disseram-me que tal era rigorosamente proibido, sob pena até de expulsão...

Os gurus e os seus discípulos respetivos sempre se excomungam reciprocamente. E a sua razão é sempre tão apodítica e excelsa que o anátema espera sempre os demais. Nenhuma reticência pode ser tolerada.

O que resulta é que não se cura suficientemente do conteúdo do que se ensina, com uma concentração exagerada no *peri-ensino* (para retomarmos, *mutatis mutandis*, um importante título de Gilles Lane<sup>25</sup>), no que está à sua volta, nomeadamente na forma de ensinar...

E, como consequência final, temos que as pessoas sabem cada vez menos do que verdadeiramente interessa. Não se nega que possam encher a cabeça com muitas coisas laterais, novidades, folclorismos, escândalos de “coluna social” dos famosos, últimos *gadgets*, peripécias das últimas partidas de jogos, últimas músicas e danças, tendências da moda do vestir e calçar, etc.. Mas muitas dessas coisas virão a esquecer (salvo, talvez, os escândalos, que decerto ficarão mais gravados). E o que ressalta é a tendência imitativa<sup>26</sup>, a cópia do que o vizinho ou colega faz – porque há uma escassa identidade e força para a assumir, com originalidade e indiferença ao que se diga, comente, critique, ou mesmo possa excluir ou segregar.

A formação nos *basics*, nas Humanidades (como pode alguém orientar-se no mundo sem História, Geografia e Filosofia? E bom seria que também Sociologia e Antropologia...) e naquelas ciências mais elementares e úteis à vida diária (a Matemática simples, por exemplo, e alguns rudimentos de Física e Química), não parece conseguirem entrar na cultura geral dos mais novos. Que se alguma vez souberam, esqueceram. E acreditam que sofisticadas calculadoras (agora em telemóveis) poderão tudo resolver.

Também não se entende como um cidadão de parte inteira possa não saber a organização política e administrativa e as leis básicas do seu País, e elementares noções de saúde, e primeiros socorros... Embora haja um exagero da ordem do dia económica e financeira, o que é curioso é que os respetivos especialistas falam praticamente apenas entre si, e a iliteracia nestas matérias por parte do cidadão comum é gritante. Não faria mal que se tivesse algum conhecimento nestes assuntos, que entram no bolso do cidadão e contribuinte, como tanto alguns gostam de frisar, sem que se lhes tribute a justa retribuição que seria explicar mesmo o que se passa. Bertrand Russell já assinalava a importância da ignorância (e perigo) geral nas Finanças e na Arte da Guerra<sup>27</sup>...

---

<sup>25</sup> LANE, Gilles — *À quoi bon la Philosophie*, 3.<sup>a</sup> ed., Québec, Bellarmin, 1997.

<sup>26</sup> DE TARDE, Gabriel — *Les Lois de l'imitation*, Paris, 1895, trad. port., *As Leis da Imitação*, Porto, Rés, s/d..

<sup>27</sup> RUSSELL, Bertrand — *In Praise of Idleness*, trad. port. de Luiz Ribeiro de Sena, *O Elogio do Lazer*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957, p. 69 ss..

Ora, o paradoxo está aqui. É que, contraditoriamente ao clima de pedagogismo, que de algum modo possui um paradigma totalitário da Escola (e as coisas chegarão ao zénite se esta se vergar ao “wokismo” em expansão<sup>28</sup>), há igualmente um império do laxismo antieducativo. O que não quer dizer que não seja um subproduto de alguma das teorizações pedagógicas antieducativas. Mas, em geral, talvez neste caso nem seja culpa da subcultura educacional. É a própria sociedade ocidental (no Oriente, ainda muito se reverencia o saber e se respeita o professor – conheço quem tenha para lá emigrado por isso: já não aguentando mais a proletarização e o desrespeito) que, nesta sua decadência, julga que sabe tudo, que nasce ensinada, e que não precisa de educação: “We don’t need no education” diz a canção dos Pink Floyd.

Os professores, esses, pelo menos muitos deles, mal pagos, desconsiderados socialmente, agredidos, obrigados a vidas de saltimbancos, com horários fragmentados e de múltiplas disciplinas e níveis, com muitos alunos, altamente problemáticos (“o difícil é sentá-los” – chegou-se a intitular um livro), desinteressados e sem qualquer respeito pela autoridade e pelo saber, encontram-se de certa maneira anestesiados para a grande questão, que é a da sua verdadeira e última função. Isso lhes permite também ir sobrevivendo.

Quando Luigi Lombardi Vallauri, anos a fio, repetia na Universidade, em Faculdade de Direito, esta pergunta simples, e transcendente: “O que estamos aqui a fazer?”<sup>29</sup>, ia recebendo, sempre, dos estudantes, respostas desinteressantes e certamente pouco interessadas. Até que um dia, uma caloira de Macerata lhe deu uma resposta certa. Algo como isto: “Estamos aqui para que se faça mais Justiça no Mundo”. É o que devem estar a fazer nas Faculdades de Direito estudantes e professores. Não a agenciar indiretamente chorudos pareceres, ou causas milionárias. Inocêncio Coelho, professor em Brasília, por alguma razão escreveu que o curso de Direito seria (então) o único em que se poderia esperar ser rico sem saber Matemática<sup>30</sup>.

Pois os professores estão na escola para que os estudantes se formem, se tornem pessoas com conhecimentos, competências, e um espírito crítico e de curiosidade pelo saber, assim como sensíveis à cidadania, capazes de a exercer. A escola é o lugar privilegiado, nas nossas sociedades, não de divertimento, passatempo, ou mera socialização, mas de formação integral, multidimensional, para que os alunos

---

<sup>28</sup> Começa a haver uma multidão de críticas (de diferentes ângulos e com razão e razões muito plurais) a este fenómeno, revivescência laica do puritanismo sectário de antanho. O problema é que se trata de obras de difusão praticamente só intelectual, enquanto a nova “heresia”, profundamente militante (e usufruindo da grande vantagem de ser moda), tem voz omnipresente nas redes sociais e nos *media* convencionais. Cf., v.g., HEINICH, Nathalie — *Ce que le Militantisme fait à la recherche*, Paris, Tracts / Gallimard, 2021; Idem — *Le wokisme serait-il un totalitarisme?*, Paris, Albin Michel, 2023; PLUCKROSE, Helen / LINDSAY, James — *Cynical Theories. How Activist Scholarship Made Everything About Race, Gender, and Identity — and Why This Harms Everybody*, Pitchstone, USA, 2020, trad. port., *Teorias Cínicas*, Lisboa, Guerra e Paz, 2021; SALMON, Christian — *Storytelling, la machine à fabriquer des histoires et à formater les esprits*, Paris, La Découverte, 2007; ARAUD, Gérard — *Ce qui arrive là-bas est déjà chez nous*, “Le Point”, 16 de junho de 2022, p. 54 ss.; MARQUES, João Pedro — *Descobrimentos e outras ideias politicamente incorrectas*, Lisboa, Guerra & Paz, 2023. A lista é meramente exemplificativa, mas de forma alguma sequer exaustiva na ilustração...

Em tempos tão conturbados mentalmente, seria interessante, apenas em pano de fundo, e para inspiração, revisitar os valores burgueses (que também seriam os socialistas) no clássico HOURDIN, Georges / GANNE, Gilbert — *Les valeurs bourgeoises*, Nancy, Berger-Levrault, 1967, trad. port. de Alfredo Barroso, *Os Valores Burgueses*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d..

<sup>29</sup> LOMBARDI VALLAURI, Luigi — *Corso di filosofia del diritto*, Cedam, Padova, 1978, nova ed. 1981.

<sup>30</sup> COELHO, Inocêncio M. — *A Reforma Universitária e a Crise do Ensino Jurídico*, in “Encontros da Un B”, Brasília, Ed. Univ. Brasília, 1979.



e estudantes venham a ser Pessoas de parte inteira, tanto no desenvolvimento integral das suas personalidades, como na participação solidária na coisa pública. Seria a grande via para a vida do espírito e para a vida cívica<sup>31</sup>.

#### V. Educação, pilar da Democracia

*Paideia telion ton nomon.* “A Educação é mais importante que as Leis” – diziam os Gregos. Só a Educação será capaz de guardar bem as “muralhas da cidade”, que são as próprias leis, a começar pela Constituição.

A escola não é, no nosso entendimento, uma creche (em espanhol, diz-se “guardería”) em que se guardem pessoas, sobretudo enquanto os pais estão ocupados num laboralismo demencial e não têm tempo para eles, e os avós foram internados em lares quantas vezes prisões sem condições mínimas. A escola também não é, ao que pensamos, lugar de doutrinação ideológica geral, ou das teorias de um chefe de escola (o célebre “capo di scuola” italiano). Nem local de pretensão mero “dar largas” à individualidade de cada qual, eximindo os professores de qualquer orientação. Nem muitas outras coisas, que, todas baralhadas, resultam em que, ao final, se saibam poucas coisas úteis, quer para a vida prática quer para a vida do espírito (a escola secundária não consegue, em geral, preparar profissionalmente, nem dar sólidas bases para a Universidade). Ainda vai havendo quem o saiba e timidamente o vá balbuciando. Mas, com a idade, em breve já quase não haverá quem dê por isso... O que é uma perda civilizacional, uma tragédia civilizacional.

Esta insensibilidade crescente e perda de capacidade social de indignação (pela ausência de quem se lembre de como devia ser) é assustadora. Em poucos anos, ninguém sequer detetará que expressões<sup>32</sup> que são bordões de linguagem<sup>33</sup> sobretudo

---

<sup>31</sup> Não há livro único que representasse a suma da vida do espírito, no plano intelectual (independentemente de forma de espiritualidade), como não há um manual de civismo apenas. Poderão ser úteis (apesar de sempre datadas e com autoria, como é óbvio) obras como: SERTILLANGES, A.- G (Antonin Gilbert) — *La Vie Intellectuelle; Son Esprit, Ses Conditions, Ses Méthodes*, Paris, La Revue des Jeunes, 1921 ou, em português, *A vida intelectual: seu espírito, suas condições, seus métodos*, trad. port. de Lília Ledon da Silva, São Paulo, Realizações, 2016; CRUZ MALPIQUE — *O Homem de Letras*, ed. do autor, Porto, 1956; LE GOFF, Jacques — *Les Intellectuels au Moyen Age*, trad. port. de Luísa Quintela, *Os Intelectuais na Idade Média*, Lisboa, estúdios Cor, 1973; LEPENIES, Wolf — *Ascensão e Declínio dos Intelectuais na Europa*, trad. portuguesa, Lisboa, Edições 70, 1995; BENDA, Julien — *La trahison des clercs*, Paris, Grasset, 1927. Para a cidadania, COELHO, Trindade — *Manual Político do Cidadão Português*, 2.ª ed. do Autor, Porto, 1908; BOTELHO, Afonso — *Origem e actualidade do Civismo*, Lisboa, Terra Livre, 1979; além dos nossos *A Constituição Viva. Cidadania e Direitos Humanos*, Porto Alegre, Editora do Advogado, 2007, Prefácio de Ingo Sarlet; *Constituição, Crise e Cidadania*, Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora, 2007, com Prefácio de Paulo Bonavides; *Para uma Ética Republicana. Virtude(s) e Valor(es) da República*, Lisboa, Coisas de Ler, 2010, Prefácio de Eduardo Bittar; *Cultura & Cidadania*, Coimbra, Gestlegal, 2021, Prefácio de António Braz Teixeira.

<sup>32</sup> Para não falar no chorrilho de americanismos tecnocráticos ou simples bordões de linguagem, que tornam muitos textos ilegíveis (em alguns casos, há equivalentes em português muito precisos – mas são desconhecidos dos falantes; noutras casos, usam-se meras traduções literalistas, que para mais se confundem com palavras “homónimas” com outros significados, já existentes em português; noutras situações ainda, o perigo é o da entrada no nosso léxico de designações estrangeiras que espelham conceitos ideologicamente conotados e que só farão cabal sentido – o sentido que farão... – nas sociedades que os produziram: e assim com palavras de criam artificialmente realidades); e para não mencionar o grosseiro calão, sempre mutável, além do uso regular de palavrões “to make a sailor blush” entrecortando as frases, em alguns meios – nem sempre aquele que um certo preconceito “elitista” esperaria... Na verdade, como ocorre por vezes (v. caso da apropriação de danças populares ou de setores marginais pela alta sociedade – ocorreu de fontes diferentes com a valsa e com o tango – como explicitou DE TARDE, Gabriel — *Les Lois de l’imitation*, cit.), as classes socialmente mais elevadas (sobretudo no seu segmento jovem) não desdenham de utilizar bordões de linguagem com conotações menos

tal como são usadas muitas vezes (como mantras da nova verdade tecnocrática única, ou – mas essas são menos variadas, só que muito repetidas – armas de arremesso populista), são uma *langue de bois* que não denota, mas agita nuvens de um fumo de conotação não significativa. Evidentemente que muitos dos que nos leem agora já não entendem o que estamos a tentar dizer. Melhor: a dizer mesmo. Há um texto brilhante de Baptista Bastos sobre estas linguagens da moda, mas hoje já será, decerto, dificilmente certo senão numa ou noutra expressão. Felizmente que há modas passageiras.

Não é que quase não se saiba já (entre as pessoas comuns que cursam o ensino secundário) Filosofia desde os Gregos, que não se ensine quase o Grego e o Latim, que o próprio Francês praticamente desapareça entre nós. É não se ter uma noção consistente, e desde logo cronológica, da História, é não se saber onde ficam os países, é não se ser capaz de interpretar um texto um pouco mais complexo (e até menos complexo), é não se conseguir escrever mais que um par de linhas com um pensamento estruturado, é não se saber fazer uma operação simples sem usar uma máquina. É não se saber o que é fazer investigação científica, que não seja copiar da *Internet*, e em breve só perguntar ao chat GPT (e mecanismos afins).

Não sei o que virá a ser do sistema judicial quando ascenderem a profissões forenses estudantes que não sabem “ler nem escrever”... Nem quero pensar o que possa ocorrer... Será que seremos então “salvos” pelas competências armazenadas pela Inteligência Artificial?

---

apropriadas, aparentemente colhidas em setores sociais menos privilegiados. E depois a imitação segue para as classes médias, aí por imitação do grupo “de cima”.

<sup>33</sup> Como “implementar”, “colaborador”, “agenda”, “liderança”, “calibrar”, “desempenho”, “acredito que”, “é suposto que”, “semântica”, “narrativa”, “rececionado”, “visionado”, “visualizado”, “percecionado”, “na medida em que”, “a nível de”, “proatividade”, “engajamento”, “sustentabilidade”, “sinergia”, “ferramenta”, “premiação”, “infraestrutura”, “outrização”, “arrasou”, “vergonha”, “basicamente”, “resiliência”, “empoderar”, “hospedar”, “gerenciar”, “gentrificar”, “digital”, “validação”, “paradigma”, “racializado”, “disrupção”, “zona de conforto”, “mente aberta”, etc., etc. Em certos casos, não é a expressão em si mesma que é chocante: é o seu (novo) uso concreto, e pior ainda o uso conjugado de várias dessas expressões, criando face às pessoas normais, não treinadas nessa novilíngua, uma espessa e inexpugnável barreira de comunicação. Fazendo lembrar a recitação de textos litúrgicos em línguas não acessíveis aos participantes populares, privativas de casta sacerdotal. Contudo, essas, como o Latim, tinham a aura mística, como (posto que satiricamente) ainda se pode ver na canção de BRASSENS, Georges — *Tempête dans un bénitier*, no álbum *Trompe la mort*, 1976. No plano especificamente jurídico e afim, elencou já muito significativamente um significativo rol BRAZ TEIXEIRA, António — *Posfácio ao nosso Aversos do Direito. Ensaio de Crítica da Razão Jurídica*, Lisboa, Juruá, 2015, com as respetivas traduções para português de lei: “contratualizar” que deveria ser simplesmente “contratar”, “concessionar” em vez de “conceder”, “alocar” por “afetar”, “taxar” em vez de “tributar”, “listagem” no lugar de “lista, relação ou rol”, “acessibilidades”, que seriam “acessos”, “remédios” a substituir “correções”, “maturidades” que são “prazos”, e “colaterais” que são “garantias”. Acrescentando os pleonásticos (também muito em uso) “indenizações compensatórias” e “subsídios não reembolsáveis” (p. 226).

Com todo peso e toda a poluição linguística que aqui apenas evocamos precisamos urgentemente de cura termal. Ela é simples: uma revisitação dos clássicos, dos que falavam e escreviam naturalmente a Língua Portuguesa. Que não é estanque nem estagnada – por isso devemos ler clássicos de diversas épocas e contextos (desde logo, dos diversos países que professam este idioma). Importa deixar claro que este lamento face a palavras que fazem as pessoas normais, não vivendo em bolhas especializadas, tropeçar e não entender nada tem a ver (precisamente pelo contrário) com as tentativas de cancelar palavras e expressões das várias cabeças da hidra “politicamente correta”. Estas cruzadas visam que falemos uma novilíngua (e não estão sequer de acordo uns grupos com os outros), como via para mudar a cabeça das pessoas. No caso, pretende-se apenas um verbo expurgado de complicações, e com mais clara e evidente denotação, assim como o uso normal de certos termos, que adquiriram, em dados socioletos e ideoleto, significações esotéricas, que se limitam aos que partilham, de forma restrita, esses sentidos. Evidentemente, quem optar por ideologias da suspeita sempre achará que se visa qualquer coisa para além (ou por detrás) do que se afirma.

As democracias do nosso Ocidente, ocupadas demasiado com o curto prazo eleitoralista e mais recentemente com urgências mais ou menos catastróficas (como a peste e a guerra), ainda não compreenderam que a cidadania e o cidadão que a faz não nascem de geração espontânea. É precisa muita Educação, a sério, com rigor; sob pena de o obscurantismo, a credice, a permeabilidade à mentira muitas vezes repetida, conquistarem as almas ingénuas e sofredoras dos mais desfavorecidos, marginalizados dos regimes democráticos.

Do mesmo modo que é necessário o exercício da autoridade democrática, porque democracia não é anarquia nem rédea solta do crime (mesmo do que se acoberte sob álibis mais elaborados), também a Educação necessita ser, mesmo, levada a sério. Porque, sem cidadãos educados, não poderá subsistir qualquer verdadeira democracia. Ainda que não venha a ser derrubada aparatosamente por qualquer golpe (como é costume, nestes casos – mas tal não se sabe, porque a História não é prezada nem suficientemente estudada) estaria votada a uma *apagada e vil tristeza* (austera ou perdulária e desbragada) desde logo com a futura degradação da qualidade e da ética dos protagonistas da *res publica*.

Afinal, talvez eu teime em escrever como aquele náufrago que manda um pergaminho de alerta ao enorme oceano anónimo e mudo. Há a esperança vaga que alguém leia, e vá levar a notícia. Esperanças de náufragos...

Um dos efeitos perversos de se viver num tempo particularmente crítico, em que se teme pelo futuro próximo, em que se receia que o legado possa vir a ser perdido, em que se ouvem sinos a rebate e sirenes num grito de estertor, é o não se viver, não se criar, não se fruir das boas, das belíssimas coisas que o presente ainda tem. Porque prevalece o dever de chamar a atenção. Como seria agradável que não impendesse sobre quem pensa (no fundo, é a responsabilidade proverbial do intelectual, chame-se-lhe o que se lhe chamar) esse ónus decisivo de não deixar que as fontes sequem.

\*\*\*

Há muitos anos, li uma distopia em que os homens, cansados, preferiram viver num eterno sono, decerto povoado de prazeres, e endossaram o mundo aos cães<sup>34</sup>.

Cada vez mais vemos pessoas a passear cães pelas ruas. É bonito ver como parece que estamos a gostar mais dos animais. Mas, será que, qualquer dia, se tornará verdade esse conto de Herberto Helder, *Cães, Marinheiros*<sup>35</sup>, e que assim começa: *Era um cão que tinha um marinheiro...?*<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> SIMAK, Clifford D. — *City*, trad. port., *A Cidade no Tempo*, Lisboa, Europa-América, 1955. Significativamente, a edição francesa chama-se *Demain les chiens*.

<sup>35</sup> HELDER, Herberto — *Os Passos em Volta*, 4.<sup>a</sup> ed., emendada, Lisboa, Assírio & Alvim, 1980.

<sup>36</sup> Algumas pessoas, cujo elevado poder de síntese só rivaliza com uma sistemática tendência para a interpretação dogmática (uma coisa conduz à outra, pois muita concentração expurga os matizes), têm tido tendência para considerar alguns escritos meus, em cuja linha este não pode deixar de ir, como pessimistas e passadistas. Passadistas não são, porque se por vezes invoco o passado é apenas para que nos não quedemos pasmados na ignorância cronocêntrica. Sim, já foi de outra maneira. E assim se responde também ao pessimismo. Se identificamos alguns problemas graves no presente, não deixamos de assinalar algumas vantagens face a épocas transcorridas, e só seríamos pessimista se acreditássemos que esses elementos negativos iriam perdurar. Podem piorar, mas também podem melhorar (e essa avaliação é subjetiva: o que para uns será melhor, para outros será pior). O que pensamos é que só se saberá como o futuro poderá vir a ser, se se fizer alguma coisa por isso. E espera-se que essa intervenção

## Bibliografia Citada

(omitindo referências meramente incidentais)

AIRES, Matias — *Reflexões sobre a Vaidade dos homens, ou Discursos Moraes sobre os efeitos da Vaidade*, Offerecidas a El rey nosso senhor D. Joseph o I. Por Mathias Aires Ramos da Silva de Ec,a [sic], 1761.

ANDRADE, Manuel de — *Ensaio sobre a Teoria da Interpretação das Leis*, in Francesco FERRARA, *Interpretação e Aplicação das Leis*, 3.<sup>a</sup> ed. port., Coimbra, Arménio Amado, 1978.

ARAUD, Gérard — *Ce qui arrive là-bas est déjà chez nous*, “Le Point”, 16 de junho de 2022, p. 54 ss..

ARISTÓTELES — *Organon*, V. *Tópicos*, I, 11 – 105 a). Na trad. port. e notas de Pinharanda Gomes, Lisboa, Guimarães, 1987.

BARRETO, António — *Uma República de Garotos*, “Público”, 20-5-2023.

BENDA, Julien — *La trahison des clerics*, Paris, Grasset, 1927.

BONCENNE, Pierre (ed. rev. e corrig. por) — *La Bibliothèque Idéale*, nova ed., Paris, Albin Michel, 1992 (Prefácio de Bernard Pivot, Posfácio de Alain Jaubert).

BOTELHO, Afonso — *Origem e actualidade do Civismo*, Lisboa, Terra Livre, 1979.

BRASSENS, Georges — *Tempête dans un bénitier*, no álbum *Trompe la mort*, 1976.

CALVINO, Italo — *Perchè leggere i classici*, Milão, Arnoldo Mondadori, 1991, trad. port. de José Colaço Barreiros, Porquê ler os Clássicos, Lisboa, Teorema, 1994.

CEREJEIRA, Doutor M. Gonçalves — *O Renascimento em Portugal*. I. *Clenardo e a Sociedade Portuguesa*, 4.<sup>a</sup> ed., revista, Coimbra, Coimbra Editora, 1974.

COELHO, Inocência M. — *A Reforma Universitária e a Crise do Ensino Jurídico*, in “Encontros da Un B”, Brasília, Ed. Univ. Brasília, 1979.

---

possa ser positiva e dê frutos. Estamos persuadido, em absoluto, é que, como dizia alguém, para que o Mal triunfe (e qualquer mal), basta que os bons (quaisquer uns, todos) não façam nada. O que é preocupante é que vemos escassa intervenção, aos mais diversos níveis, das pessoas esclarecidas, formadas, prudentes, moderadas e progressivas, a nosso ver as únicas de onde poderão vir coerentes projetos novos de transformação. O que não quer dizer que, uma vez por outra, não possam vir bons frutos de atividades e protagonistas mais ousados e visionários, temerários até. Mas em geral o que fazem mais falta são pessoas que pensem como pessoas de ação e atuem como pessoas de pensamento, como dizia Bergson. Respondendo em suma aos sintéticos “otimistas” e “cronolátricos”, sinteticamente: não sou pessimista nem passadista. Interpreto este tempo como a rampa de lançamento que nos foi dada para um futuro, que poderá ser melhor, se fizermos por isso. Sobretudo os mais jovens, que terão mais força e mais tempo para tal. Desde que o queiram e saibam fazer. Uma análise mais profunda sobre o pessimismo e de como ele é apenas uma “meia-virtude” pode colher-se em VILLEY, Michel — *Réflexions sur la Philosophie et le Droit. Les Carnets*, Paris, P.U.F., 1995, II, 3, p. 37.

COELHO, Trindade — *Manual Politico do Cidadão Portuguez*, 2.<sup>a</sup> ed. do Autor, Porto, 1908.

CRUZ MALPIQUE — *O Homem de Letras*, ed. do autor, Porto, 1956.

CRUZ, Sebastião — *Ius. Derectum (Directum)...*, *Relectio*, Coimbra, ed. do autor, 1971.

DE TARDE, Gabriel — *Les Lois de l'imitation*, Paris, 1895, trad. port., *As Leis da Imitação*, Porto, Rés, s/d..

DIRDA, Michael — *Classics for Pleasure*, trad. port. de Rodrigo Neves, *O Prazer de Ler os Clássicos*, São Paulo, Martins Fontes, 2010.

ECO, Umberto — *Costruire il Nemico e altri scritti occasionali*, Milão, Bompiani, 2011.

ECO, Umberto — *O Fascismo Eterno*, trad. port., Rio de Janeiro, Record, 2018.

ECO, Umberto — *Sulle Spalle dei Giganti*, Milão, La nave di Tesco, 2017, trad. port. de Eliana Aguiar, *Aos Ombros de Gigantes*, Lisboa, Gradiva, 2018.

FERREIRA DA CUNHA, Paulo — "Rosmini, Antonio (1797-1855)", in *The Philosophy of Law. An Encyclopedia*, coord. de Christopher Garry Berry Gray, vol. II, Nova Iorque e Londres, Garland, 1999, pp. 762-764.

FROMAGET, Michel — *La Vocation spirituelle de l'Homme*, Toulouse, Entremises, 2016.

GUARDINI, Romano — *Elogio do Livro*, trad. e notas de Rafael Gomes Filipe, Lisboa, Grifo, 1994.

HEINICH, Nathalie — *Ce que le Militantisme fait à la recherche*, Paris, Tracts / Gallimard, 2021.

HEINICH, Nathalie — *Le wokisme serait-il um totalitarisme?*, Paris, Albin Michel, 2023.

HELDER, Herberto — *Os Passos em Volta*, 4.<sup>a</sup> ed., emendada, Lisboa, Assírio & Alvim, 1980.

HOURDIN, Georges / GANNE, Gilbert — *Les valeurs bourgeoises*, Nancy, Berger-Levrant, 1967, trad. port. de Alfredo Barroso, *Os Valores Burgueses*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d..

JUNG, Gustav — *Essais sur la symbolique de l'esprit*, trad. fr. de Alix e Christian Gaillard e Gisèle Marie, Paris, Albin Michel, 1991.

JUNG, Gustav — *Psychological Typology*, CW6, pars 960-87, *apud The Essential Jung. Selected Writings*, introdução de Anthony Storr, 2.<sup>a</sup> ed., 7.<sup>a</sup> reimp., Londres, Fontana Press, 1986.

KANT, Emmanuel — *D'un ton grand seigneur adopté naguère en philosophie*, trad. fr. de L. Guillermit, Paris, Vrin, 1982.

LANE, Gilles — *À quoi bon la Philosophie*, 3.<sup>a</sup> ed., Québec, Bellarmin, 1997.

Lc. IX, 57-62.

LE GOFF, Jacques — *Les Intellectuels au Moyen Age*, trad. port. de Luísa Quintela, *Os Intelectuais na Idade Média*, Lisboa, estúdios Cor, 1973.

LEPENIES, Wolf — *Ascensão e Declínio dos Intelectuais na Europa*, trad. portuguesa, Lisboa, Edições 70, 1995.

LOMBARDI VALLAURI, Luigi — *Corso di filosofia del diritto*, Cedam, Padova, 1978, nova ed. 1981.

MANGUEL, Alberto — *A History of reading*, New York, Penguin, 1996.

MARQUES, João Pedro — *Descobrimientos e outras ideias politicamente incorrectas*, Lisboa, Guerra & Paz, 2023.

Mt. VIII, 18-22 .

PACHECO PEREIRA, José — *Intoxicação da Opinião Pública*, “Público”, 20-5-2023, p. 11.

PEREIRA MARQUES, Fernando — *Sobre as Causas do Atraso Nacional*, Lisboa, Coisas de Ler, dezembro de 2010.

PLUCKROSE, Helen / LINDSAY, James — *Cynical Theories. How Activist Scholarship Made Everything About Race, Gender, and Identity — and Why This Harms Everybody*, Pitchstone, USA, 2020, trad. port., *Teorias Cínicas*, Lisboa, Guerra e Paz, 2021.

RIBEIRO, Álvaro — *Memórias de um Letrado*, Lisboa, Guimarães Ed., 3 vols., 1977, 1979, 1980.

ROSMINI, Antonio — *Introduction à la Philosophie*, trad. fr., introd. e nota bibliog. de Jean-Marc Trigeaud, Bordeaux, Biere, s/d..

ROSMINI, Antonio — *The Philosophy of Right*, trad. ingl. de Denis Clearry e Terence Watson, Durham, Rosmini House, 1993, 2 vols...

RUSSELL, Bertrand — *In Praise of Idleness*, trad. port. de Luiz Ribeiro de Sena, *O Elogio do Lazer*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957, p. 69 ss..

SALMON, Christian — *Storytelling, la machine à fabriquer des histoires et à formater les esprits*, Paris, La Découverte, 2007.

SCHELER, Max — *Das Ressentiment im Aufbau der Moralen*, 1912, 3.<sup>a</sup> ed., Frankfurt am Main, Klostermann, 2017.

SÉRGIO, António — "Paideia", in *Obras Completas, Ensaaios*, VII, Lisboa, Sá da Costa, 1974.

SÉRGIO, António — Carta a Ferreira de Macedo, *apud* "Jornal de Letras", 1.3.88, p. 19.

SÉRGIO, António — *Democracia*, Lisboa, Sá da Costa, 1974.

SÉRGIO, António — *Educação Cívica*, Prefácio de Vitorino Magalhães Godinho, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Sá da Costa, Ministério da Educação, 1984.

SÉRGIO, António — *Explicações a um Catedrático de Direito sobre a Doutrina Ética dos meus 'Ensaaios'*, in *Obras Completas, Ensaaios*, VII, Lisboa, Sá da Costa, 1974.

SERTILLANGES, A.- G (Antonin Gilbert) — *La Vie Intellectuelle; Son Esprit, Ses Conditions, Ses Méthodes*, Paris, La Revue des Jeunes, 1921, em port.: *A vida intelectual: seu espírito, suas condições, seus métodos*, trad. port. de Lilia Ledon da Silva, São Paulo, Realizações, 2016.

SILVA, Agostinho da — *Sentido Histórico das Civilizações Clássicas*, Porto, Ed. do Autor, 1929.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa — *Mentes Perigosas. O Psicopata mora ao lado*, Rio de Janeiro, Fontanar, 2008.

SIMAK, Clifford D. — *City*, trad. port., *A Cidade no Tempo*, Lisboa, Europa-América, 1955 (tr. fr. *Demain les chiens*).

SNYDER, Timothy — *Sobre a Tirania. Vinte Lições do Século XX para o Presente*, trad. port., Lisboa, Relógio D'Água, 2017.

STEINER, George — *Le silence des livres, suivi de Ce vice encore impuni*, de Michel Crépu, trad. port. de Margarida Sérvulo Correia, *O Silêncio dos Livros, seguido de Esse vício ainda impune*, de Michel Crépu, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Gradiva, 2012.

TODOROV, Tzvetan — *Les Ennemis Intimes de la Démocratie*, Laffont / Versilio, 2012, trad. port. de Pedro Elói Duarte, *Os Inimigos Íntimos da Democracia*, Lisboa, Edições 70, 2017.

TOURNIER, Michel — *Vendredi ou les limbes du Pacifique*, Paris, Gallimard, 1967.

WATERS, Lindsay — *Enemies of promise: publishing, perishing and the eclipse of scholarship*, trad. port. de Luiz Henrique de Araújo Dutra, *Inimigos da Esperança. Publicar, Perecer e o Eclipse da Erudição*, São Paulo, UNESP, 2006.

Recebido para publicação em 15-06-23; aceito em 25-06-23